

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO¹

Alan Cordeiro Fagundes – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
alan.fagundes@uemg.br

Juliana Cordeiro S. Branco – Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
juliana.branco@uemg.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O nosso estudo traz uma revisão da literatura com relação ao fenômeno presente no universo do trabalho docente nos dias atuais “a plataformação do trabalho”. O objetivo principal do nosso estudo foi problematizar de forma superficial a precarização do trabalho docente e sua flexibilização baseado numa revisão dos autores que discutem o tema. Nesse sentido o nosso trabalho reside na necessidade de gerar conhecimento que permita aos docentes desenvolverem estratégias para organizar e enfrentar os desafios da sobrecarga, intensificação e precarização do trabalho em plataformas digitais.

Como definem Nieborg e Poell (2018, p. 4276) a plataformação é “a penetração de extensões econômicas, governamentais e infraestruturais de plataformas digitais nos ecossistemas da Web e de aplicativos”. Nesse sentido, esse processo estaria afetando setores como produção cultural (NIEBORG; POELL, 2018), saúde pública, educação, jornalismo e transporte urbano (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018). Ao analisar a plataformação do trabalho Grohmann (2021) fornece importante chave analítica ao definir a plataformação do trabalho como sendo o trabalho remoto, o ensino a distância, lives, trabalho por aplicativos como modos de ser do trabalho, com a crescente dependência de infraestruturas digitais e que na sua grande maioria é alimentada por dados e sistemas algoritmos. Situa a plataformação do trabalho como “[...] um verdadeiro laboratório da luta de classes em seus novos-velhos experimentos” (Id., p. 13).

Ao implementar as plataformas digitais, o Ensino Superior se alinha à racionalidade neoliberal, conforme argumenta Bortolazzo (2022), as plataformas digitais na educação estão alinhadas com a racionalidade neoliberal. Ao incentivar características como flexibilidade, mobilidade, conectividade e individualização nos sujeitos, essas tecnologias contribuem para a construção de um modelo de docência que transcende os limites físicos das instituições de ensino. Neste cenário, a demanda por professores

¹ Este trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

disponíveis e conectados a qualquer hora e lugar é cada vez maior. Como afirma Standing (2014, p. 178), “o mercado global é uma máquina que funciona no esquema 24/7; nunca dorme ou relaxa; não tem nenhum respeito pela luz do dia ou escuridão, pela noite e pelo dia”.

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O trabalho docente, imerso no universo digital, confronta-se com uma série de desafios. As transformações tecnológicas e as novas formas de organização do trabalho, especialmente a precarização intensificada pelas plataformas digitais, exigem que os professores se adaptem a um cenário cada vez mais complexo e instável. A desregulamentação do trabalho e a ausência de direitos trabalhistas característicos das plataformas digitais representam um desafio adicional para a categoria, que busca garantir condições dignas de trabalho e a qualidade no Ensino Superior. De acordo com Antunes (2013) vivemos um novo patamar de subsunção real do trabalho ao capital sob a regência algorítmica, com a classe trabalhadora vivendo entre o nefasto e o imprevisível.

Em uma pesquisa recente sobre o sistema educacional holandês, Kerssens e Van Dijck (2023) aprofundaram-se nos impactos do uso de plataformas de aprendizagem nas dinâmicas sociais entre estudantes e professores. Apesar dos efeitos positivos constatados na aprendizagem dos estudantes, os autores apontam para o comprometimento da autonomia tanto de professores quanto de alunos. “com a análise da aprendizagem sustentando algoritmos e interfaces de painel que condicionam os comportamentos dos alunos e moldam as práticas pedagógicas dos professores”(Kerssens, Van Dijck, 2023, p. 6). De acordo Leher (2022, p. 93), as novas formas de mercantilização que estão ocorrendo na educação por meio das plataformas digitais estão “corroendo de modo sistêmico, alargado, generalizado, com a dimensão dos fenômenos públicos, o trabalho docente”

De acordo com Grohmann (2020) para enfrentar os desafios do trabalho em plataformas, três caminhos se destacam: a criação de leis específicas para regular essa modalidade de trabalho, a união dos trabalhadores em movimentos organizados e a

construção de modelos alternativos de organização produtiva, como as cooperativas de plataforma.²

REFLEXÕES PERTINENTES

Em suma, a nossa revisão bibliográfica apresentou de forma intensa a grande necessidade de amplos estudos empíricos que nos possibilitem uma análise minuciosa das características e propriedades do fenômeno da plataformização do trabalho docente, com o objetivo de elucidar as complexidades e implicações desse processo em plena mutação. Conforme descreve o caminho a seguir Faustino e Lippold (2022) é fundamental que intelectuais, trabalhadores, políticos, artistas e pesquisadores do campo progressista, se engajem nos esforços de descolonização dos meios de comunicação e da criação de conteúdos.

A dialética materialista nos ensina que a classe trabalhadora não é mera espectadora, mas protagonista das transformações sociais. Os docentes, como parte dessa classe, protagonizam lutas históricas contra a precarização e pela valorização da educação. As plataformas educacionais, embora prometam inovação e ampliação do acesso a educação, na verdade intensificam e exploram na maioria das vezes o docente. O que propomos e já iniciamos nas nossas trajetórias como docentes, é que, as nossas pesquisas acadêmicas, possam ir além da denúncia, buscando intensamente o que vem depois da farsa, analisando as contradições e as diversas formas de resistência que os docentes possam desenvolver para superar a alienação no seu trabalho e construir segundo o nosso saudoso resistente e patrono da educação Paulo Freire, uma educação transformadora e emancipadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. (Org). Icebergs à deriva: O trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo. 2023.

BORTOLAZZO, S. F. O dilema das plataformas e redes digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo. Cadernos de Educação, n. 66, p. 1-20, 2022. Disponível

²A análise aprofundada desses três movimentos será realizada em texto específico, não sendo o objetivo principal deste trabalho.

em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/24026>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022

GROHMANN, Rafael (Org.). Introdução. In: Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. São Paulo: Boitempo, Edição Kindle, p. 20-36, 2021.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Revista Eptic, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188>. Acesso em: 15 out. 2024.

KOERNER, Andrei. A questão do estado de direito na regulação algorítmica In: VASQUES, Pedro Henrique; KOERNER, Andrei. Tecnologias digitais, direito e sociedade: questões atuais e caminhos para a pesquisa. Cadernos Cedec, nº 131, 2021.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. Revista de Políticas Públicas, n. 26 (Especial), p. 78-102, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MARX, K. O Capital. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. Tradução: Rafael Grohmann. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020. Título Original: Platformisation. DOI: 10.4013/fem.2020.221.01. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734>. Acesso em: 05 Jan. 2025.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. Internet Policy Review, v. 8, n. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/concepts/platformisation>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RAMALHO, José Ricardo. Multifuncionalidade e precarização dos laços de trabalho. Entrevista. IHU Online, n. 416, abril 2013. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4921-jose-ricardo-ramalho-2>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RODRIGUES, Eduardo Santos Junqueira. Estudos de plataforma: dimensões e problemas do fenômeno no campo da educação. Linhas Críticas, 26, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28150>. Acesso em: 02 jan. 2025.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2008.

VAN DIJCK, J.; T. POELL. Social media platforms and education. In: BURGESS, Jean; MARWIK, Alice; POELL, Thomas. The SAGE Handbook of Social Media. London: Sage, p. 579-591, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3091630. Acesso em: 12 dez. 2024.

VAN DIJCK, José. Engineering sociality in a culture of connectivity. In: The culture of connectivity. A critical history of social media. Oxford University Press, 2013, p. 3-23.